

Interação entre a economia feminista e a economia solidária nas experiências de grupos de mulheres

Miriam Nobre¹

Contexto de crises

A crise do sistema financeiro das economias chamadas desenvolvidas é reflexo de várias crises do sistema capitalista. Expressa a crise de um modelo de produção que de um lado estimula o sobre consumo e o desperdício e, de outro, não assegura à boa parte da população mundial o acesso a bens básicos. As desigualdades no acesso aos bens produzidos pela humanidade repercutem as desigualdades na distribuição da renda e da riqueza. A remuneração do trabalho não cresceu na mesma proporção que a produtividade ou o comércio mundial. Sendo que o consumo das famílias se manteve ou cresceu, muitas vezes, baseado no seu endividamento.

As formas de produção, circulação, bem como a apropriação privada da natureza geram uma crise ambiental, que se evidencia nas mudanças climáticas ou na contaminação de águas e solos. Se o modelo econômico neoliberal vai mal, tampouco estão melhores as instituições políticas que o legitimam. A tentativa de se gestar uma nova ordem de regulação global das reuniões do G20 não produziu resultados significativos. Sem contar o crescimento da criminalização dos movimentos sociais e da militarização da sociedade.

Antes que a palavra crise estivesse presente em análises de contexto de diferentes matizes, feministas já chamavam atenção para uma crise do modelo de reprodução social. A lógica da produção mercantil capitalista e a lógica do cuidado são irreconciliáveis, porém se sustentam graças à utilização do tempo das mulheres como variável de ajuste. Isto não só, pela cada vez maior intensidade de trabalho e combinação de atividades que articulem seu trabalho no mercado, no domicílio e na comunidade, mas por sua disponibilidade permanente para acompanhar os tempos da vida humana. (Carrasco, 2006)

Esta crise torna-se evidente com o envelhecimento da população em cidades concebidas para pessoas ativas. Por exemplo, a expansão de grandes redes de supermercado

¹ Técnica de SOF – Sempre Viva Organização Feminista, agrônoma e mestre pelo Programa de Estudos em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo. Atualmente é Coordenadora do Secretariado Internacional da Marcha Mundial das Mulheres.

organiza a infra-estrutura viária para facilitar a circulação em automóveis e grandes caminhões de entregas, e destrói o pequeno comércio de proximidade a que as pessoas idosas têm maior acesso. (Vivas, 2007). Outro aspecto é o aumento de contratos de trabalho com horários flexíveis ou longas jornadas totalmente incompatíveis com os horários de funcionamento de escolas e creches.

Em tempos neoliberais a resolução de todos os problemas da sociedade é dada pela expansão das relações mercantilizadas. O crescimento do emprego doméstico é uma destas repostas, só sendo possível por uma combinação de desigualdades de gênero, classe, raça e colonialismo. A esmagadora maioria das empregadas domésticas na Europa e nos Estados Unidos é composta por migrantes que enviam remessas a seus países de origem. Muitos destes países têm nas remessas das e dos migrantes a primeira fonte de divisas em moeda estrangeira, com as quais seguem pagando dívidas externas e garantindo que transnacionais enviem a suas matrizes regulares pagamentos de lucros e *royalties*. (Sassen, 2008)

A mercantilização do trabalho de cuidado

A mercantilização do cuidado colocou o movimento de mulheres em uma disjuntiva. Sendo o trabalho reprodutivo feminino, sua monetarização é vista como forma de aumentar o acesso das mulheres à renda. Uma expressão disto é a focalização da agenda do movimento na regulamentação do emprego doméstico.

Enquanto a presença das mulheres na agricultura familiar e camponesa é implicitamente vista como um indicador de não promoção da equidade de gênero pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio o crescimento do emprego doméstico é visto como inerente a “nova economia”.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho: “O pagamento de trabalhadoras domésticas para cuidar da casa, das crianças e de pessoas idosas é a solução da “nova economia” que famílias de profissionais de classe média com dois provedores tendem a adotar em muitos países industrializados de modo a balancear trabalho e vida doméstica, apesar de esta opção estar fora do alcance das famílias trabalhadoras. ... Nos países em desenvolvimento é comum que os domicílios, mesmo os modestos, tenham ao menos uma empregada doméstica. Como uma estratégia para conciliar trabalho e vida familiar, para reduzir a pobreza e promover a proteção social e igualdade de gênero no trabalho, a OIT encoraja países em desenvolvimento a organizar serviços apoiados pelo governo ou cooperativas de cuidado de crianças. Emprego decente para

empregadas domésticas é outra estratégia chave para melhorar a qualidade e a cobertura dos serviços de apoio para as famílias da classe trabalhadora.”² (OIT, 2009)

O sentido aqui não é desqualificar demandas das empregadas domésticas por regulamentação e direitos. As empregadas domésticas que em 2006 eram quase 9% das trabalhadoras na Espanha e 17% , no Brasil estão organizadas em muitos países e ativas no movimento sindical e feminista. Elas conhecem melhor do que muitas as contradições de gênero, classe e raça.

Ampliando a agenda

O que se pretende no entanto, é que a agenda de trabalho doméstico e de cuidados não se restrinja ao emprego doméstico, mas situe-se na afirmação de um outro paradigma da sustentabilidade da vida humana (Silveira e Tito, 2008)

Para tanto, o enfoque sobre o trabalho reprodutivo não pode se dar de forma estanque e dualizada em relação ao trabalho produtivo, mas atentando-se para os nexos entre eles, em geral invisibilizados (Picchio, 1999)

O acesso das mulheres à renda monetária, à terra, às condições de produção é um ponto fundamental na agenda feminista. No entanto, vale observar no atual contexto de crise financeira, como a menor circulação monetária ou diminuição dos circuitos globais de comercialização afetam o bem estar das mulheres.

Ativistas da Marcha Mundial das Mulheres de Burkina Faso recentemente nos contaram que a diminuição da demanda internacional por manteiga de karité havia permitido que mulheres locais pudessem retomar seu uso tradicional como gordura vegetal para cozinhar ou como combustível para lamparinas.³ A criação de um mercado monetário para a manteiga de karité não foi acompanhada de acesso pelas comunidades locais a outras formas de energia e iluminação. Muitas vezes, sendo a iluminação citada pelas mulheres como fator de segurança.

Este relato se assemelha ao de mulheres rurais brasileiras que questionam o faturamento econômico de unidades de produção quando, como elas dizem “vendem galinha para comprar frango”. Ou seja, vendem galinha caipira, que gostam mais e consideram ter maior valor nutricional, para comprar frango congelado e criado em granjas de produção intensiva.

² Tradução livre da autora.

³ Para uma análise crítica dos projetos de desenvolvimento em Burkina Faso visando a comercialização de manteiga de karité ver Saussey, 2003.

A globalização neoliberal foi apresentada como uma oportunidade das mulheres pois muitos de seus processos/produtos símbolo são baseados no trabalho (pouco) remunerado das mulheres: costura, legumes e frutas, turismo, *call centers*. A pergunta que cabe agora é se uma re-localização pode ser favorável às mulheres? Como? Por exemplo, a Rede Latinoamericana Mulheres Transformando a Economia (REMTE) sugere que em contextos de crise e recessão da economia capitalista, ganham importância às economias a margem do sistema, as formas como mulheres produzem e circulam bens e serviços por circuitos não monetários.

A questão permanente é se estas economias marginais são funcionais ao sistema e como. Para em seguida perguntar-se se é possível e como, criar ou acirrar seu caráter contra-hegemônico. Esta questão está relacionada à como a experiência cotidiana das mulheres de produzir a vida se relaciona com processo políticos mais amplos, criados ou influenciados por movimentos sociais. Assim como, pela relação de autonomia ou de dependência que mantém com governos nacionais e instituições multilaterais como as Nações Unidas e o Banco Mundial.

Experiências, respostas dos movimentos sociais⁴

A economia solidária interessa à economia feminista como uma possibilidade de romper a divisão sexual do trabalho entre trabalho produtivo, considerado dos homens e trabalho reprodutivo, considerado das mulheres. Além da associação entre trabalho produtivo e espaço público, e trabalho reprodutivo e privado. Esta divisão, mesmo que sendo mais presente no imaginário senso comum do que na realidade, conforma possibilidades, responsabilidades e expectativas diferentes para mulheres e homens. Mesmo que a participação das mulheres no trabalho remunerado se amplie em quase todo mundo, com exceção de Magreb e Meio Oriente, os homens, como grupo social, pouco aumentaram seu envolvimento com as tarefas domésticas.

A superação da divisão sexual do trabalho é um processo que pode se iniciar pela socialização do trabalho reprodutivo, em geral realizado no espaço privado e de forma invisível, mesmo que continue sendo realizado pelas mulheres. A economia solidária quando atua no trabalho reprodutivo pode ter-lo como foco da iniciativa, ou articular-lo à produção socializada.

⁴ O trecho a seguir é uma versão em português de parte do artigo “Economie solidaire et Economie Féministe: enjeux en Amérique Latine” publicado em Isabelle Guérin, Madeleine Herst, Laurent Fraisse (ed.): Femmes, économie et développement. De la résistance à la justice sociale. Paris, ERES, 2009.

Comedores populares do Peru

Os comedores populares do Peru são um bom exemplo do primeiro caso. Eles surgem no final dos anos 1970 quando se agrava a situação econômica do país e se ampliam as resistências populares. Atualmente, existem mais de 70 centrais, cada central reunindo entre 15 e 40 comedores. Em cada comedor participam em média 20 a 30 mulheres. Seu trabalho é voluntário. Apenas recebem quatro refeições gratuitas no dia em que corresponde seu turno de trabalho e por um preço mais baixo nos demais dias. Além das refeições para as sócias, são vendidas refeições às pessoas que pagam por elas quando as encomendam a cada manhã. Em média cada comedor prepara 100 menus por dia, o menu corresponde a duas refeições de uma pessoa. As sócias dos comedores têm uma intensa vida associativa que envolve a gestão, a pressão por políticas públicas, a participação no movimento de mulheres e outras articulações, como as manifestações contra o Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos.

Uma lei de 1991 reconheceu os comedores populares como organizações sociais de base e determinou que o Estado deveria cobrir 65% do custo de cada porção de comida. Na prática o Estado cobre 19%, sendo o restante assegurado pela venda dos menus e diversas atividades de arrecadação de fundos que as próprias mulheres organizam.

(Altea, 2007)

Nos comedores as mulheres mantêm sistemas comunitários de apoio aos mais frágeis frente à total ausência do Estado, doando ou vendendo mais barato refeições a idosas ou doentes. Muitas vezes mulheres que trabalharam muitos anos nos comedores. Está posto para elas o desafio da profissionalização, do acesso à Seguridade Social, frente à informalidade de seu trabalho. Ao mesmo tempo estão postos desafios de uma nova economia, como estabelecer laços diretos com camponesas para o provimento dos ingredientes; afirmar saberes e culturas alimentares.

Comedores populares da Argentina

Os comedores populares que surgiram durante a crise econômica na Argentina se integraram à política assistencial do governo federal. Muitas vezes o trabalho nos comedores era contrapartida à transferência de renda, recebendo as mulheres o equivalente a pouco menos que 50 dólares. Surgiram comedores ligados a partidos tradicionais e outros a organizações sociais, como foi o caso de “Barrios de Pie”. Estes últimos tornaram-se espaços de socialização, de resolver coletivamente problemas do cotidiano, discutir temas para elas novos, como saúde reprodutiva e violência

doméstica. Segundo militantes de “Barrios de Pie” as mulheres passaram a reconhecer que as tarefas realizadas nos comedores eram um trabalho e assim passaram a reivindicar não só, mais financiamento, como remuneração e reconhecimento social. (Freitas, 2007)

Assentamentos do MST

Um exemplo de como se articulam a socialização da produção e da reprodução são os assentamentos do MST (Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra) do Brasil. O MST existe desde 1984, e organiza cerca de 500 mil famílias, 350 mil assentadas e 150 mil acampadas. Além da luta pela terra, incentiva o trabalho cooperado desde o resgate de tradições camponesas como o mutirão para limpar a roça até agroindústria e cooperativas de crédito.

Os assentamentos são pensados não só do ponto de vista da produção agrícola, mas como uma forma de organizar a vida, considerando o acesso à educação, cultura, saúde, o que em tese permite uma maior articulação entre produção e reprodução. A ocupação do território também se dá neste sentido, por exemplo, quando demandam que os lotes nos assentamentos sejam demarcados na forma de aro de bicicleta, o que aproxima as casas umas das outras e dos serviços comunitários. Outro exemplo são as “comunas da terra” pequenas áreas próximas às grandes cidades, o que permite uma maior integração com a comunidade do entorno pela venda de hortaliças e atividades culturais.

Em alguns dos assentamentos existem refeitórios coletivos, como o assentamento Santa Maria, em Paranacity, Paraná. O refeitório se iniciou logo no começo da cooperativa para liberar a força de trabalho das mulheres e otimizar o tempo de serviço. As participantes afirmam que o refeitório tira uma preocupação da cabeça das mulheres, que já tem garantido sua alimentação, de seus filhos e familiares. Também se diminuem os gastos e cria-se maior igualdade, todos têm acesso a refeições com a mesma qualidade nutricional. O refeitório é um local de convivência entre as famílias, de troca de informações e discussões sobre assuntos relativos à cooperativa. As mulheres seguem preparando o jantar e as refeições no final de semana. Mas acreditam que a mudança vem ocorrendo entre os jovens que cresceram neste ambiente comunitário, “as mudanças vem com os nossos filhos”. (Freitas, 2007)

Mutirão de casas populares

Uma outra forma de questionar a divisão sexual do trabalho é quando as mulheres realizam atividades consideradas masculinas. No Brasil é comum a participação de mulheres na construção de casas em mutirão (autogestão). Aos poucos foi se recriando uma divisão do trabalho, as mulheres realizando atividades minuciosas como azulejar as paredes. Militantes do movimento de moradia em Diadema, São Paulo, relatam que muitas mulheres se qualificaram como azulejistas sendo depois contratadas por empresas de construção civil. Os empresários afirmavam que as mulheres executam melhor o serviço, com menos sujeira e mais responsabilidade. No entanto, não foram melhor remuneradas por suas habilidades. As habilidades desenvolvidas pelas mulheres no trabalho do mutirão foram naturalizadas com o discurso de que elas *são* mais jeitosas, mais caprichosas. Caberia observar se a função de azulejista se feminizou em algumas cidades e se a remuneração desta função diminuiu.

Em março de 2008 o Conselho do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social aprovou a criação de um programa que dá acesso às associações e cooperativas populares aos recursos do Fundo. Esta iniciativa deve favorecer a expansão das experiências de autogestão na construção de moradia popular. E assim teremos um maior campo de observação sobre que tarefas estão realizando mulheres e homens, qual o reconhecimento de cada uma, que possibilidades de qualificação e posterior remuneração no mercado de trabalho. Bem como, se equipamentos sociais como creches, lavanderias e restaurantes coletivos constam ou não dos projetos.

Mulheres na Economia Solidária no Brasil

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do governo brasileiro contabilizou a existência de mais de 21.000 empreendimentos solidários no país sendo 48 % rurais, 35% urbanos e 17% rurais e urbanos. As mulheres são 37,6% dos participantes nestes empreendimentos. Do total dos grupos 18% era só de mulheres. Considerando os 50 produtos e/ou serviços mais produzidos nos empreendimentos o preparo de refeições vem em modesto 42º lugar, realizado por 185 grupos, bem abaixo da fabricação de panos de prato na posição 26ª, com 295 grupos.

A SENAES integra junto com outros cinco ministérios o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, lançado em 2008, e coordenado pela Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O Programa realiza chamada pública de projetos de apoio financeiro a grupos produtivos de mulheres para atividades de formação, assistência técnica, intercâmbios,

sistematização de experiências, comercialização, e implantação de unidades de beneficiamento de pescado. Além de Feiras de Economia Feminista e Solidária nos estados e territórios e cursos de capacitação em políticas públicas para mulheres que participam de grupos produtivos, envolvendo a apresentação dos conceitos de economia feminista e solidária.

Um exemplo na articulação de políticas é a organização da produção de alimentos para responder à demanda da alimentação escolar, considerando a Lei 11.974 de 16/06/2009 que obriga a utilização de 30% dos recursos repassados pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) à compra de alimentos da agricultura familiar, assentamentos de Reforma Agrária, comunidades indígenas e quilombolas e suas organizações. Ao menos um grupo de mulheres da Bahia inicialmente trabalhando com artesanato, passou a organizar a produção agrícola de suas integrantes para atender à demanda da alimentação escolar.

As mulheres estão presentes nos espaços de articulação dos grupos produtivos como o Fórum Brasileiro da Economia Solidária como nos espaços de construção de políticas, como a I Conferência Nacional de Economia Solidária.

Elas atuam articulando suas várias agendas, por exemplo demandando a construção de políticas de enfrentamento da violência doméstica por redes nacionais (como a Articulação Nacional de Agroecologia) e locais (como a Rede Xique-Xique). (Dantas, 2008). Diante de uma situação de violência doméstica sofrida por uma liderança de um assentamento, a Rede Xique-Xique promoveu debates sobre o tema entre participantes, desenvolveu um conjunto de ações (Denúncia da agressão, cartas de repúdio, ações públicas no local da agressão). O agressor terminou afastando-se do assentamento.

Desafios

Um primeiro desafio é mostrar como o enorme esforço e tantas horas de trabalho realizadas pelas mulheres criam riqueza. E então, atuar para que esta riqueza seja repartida de forma igualitária, assegurando que as mulheres, em especial as mais pobres, tenham acesso a ela. Ao mesmo tempo, diminuir a sobrecarga de trabalho e responsabilidades das mulheres e melhorar as condições em que seu trabalho é realizado.

Distribuir riqueza significa aumentar a remuneração do trabalho com melhores salários, direitos trabalhistas, crédito para a economia popular e diminuir a remuneração do capital, por exemplo, reduzindo juros ou isenções de grandes empresas. Inclui também

políticas de apoio à reprodução social, como creches, escolas para todos e com maior período de funcionamento, centros de atenção a doentes e idosos.

As experiências de economia solidária se situam no entrelaçamento destas várias necessidades/direitos quando o trabalho cooperativado executa atividades ligadas à reprodução. Este é um ponto pouco explorado. As cooperativas de serviços muitas vezes são pensadas apenas como prestadoras de serviços a empresas ou famílias abonadas. Poucas combinam serviços por remuneração com o intercâmbio de serviços entre suas próprias participantes. E ainda sofrem dos males dos guetos femininos – profissões desqualificadas, com baixa remuneração, onde se negam os saberes e tecnologias próprias e são vistas como imperfeitas substitutas da mãe amorosa. Quando destinam seus serviços aos pobres, como é o caso dos comedores, são vistas como trabalho voluntário, de caridade, imperfeitas substitutas do Estado. Nosso desafio é tirá-las deste local, do isolamento, politizando e criando novas práticas e saberes que organizem nosso cotidiano de outras maneiras, não aquelas desenhadas pela sociedade de mercado.

Um outro campo a explorar é quando o trabalho cooperativado articula diferentes dimensões – remuneração, troca de serviços que diminuem necessidade de renda e momentos/espços de socialização. É como se as experiências concretizadas em um dado território criassem aí uma zona autônoma, ou uma possibilidade de zona autônoma.

Militantes do movimento anti-globalização quando organizam contra-cúpulas, acampamentos e manifestações paralelas às expressões do capital (reuniões do G-8, FMI-BM, OMC) constituem novas práticas de organização da luta política e do cotidiano nas chamadas zonas autônomas temporárias. Eles acreditam que estes territórios só se constituem como realmente autônomos por serem temporários. Mas muitas de nós se preocupam em como acumular forças, mantendo e ampliando territórios, sejam espaços geográficos ou períodos de tempo, que sejam autônomos e contrapostos à sociedade de mercado.

As experiências de economia solidária têm uma vocação neste sentido, mas também vivenciam limites e contradições. A auto-gestão como princípio cria relações entre iguais. Mas como ela é possível, se ocorrem situações de violência contra mulheres, mesmo em grupos de economia solidária, ou que as mulheres sigam sobrecarregadas com o trabalho doméstico e de cuidado junto com a atividade remunerada.

As empresas e as políticas públicas nos marcos neoliberais têm tido como tema a conciliação entre trabalho e família. Elas têm como referência os marcos de análise e propostas que Cristina Carrasco nomeia de “economia feminista de conciliação”. Porém nossa referência é uma “economia feminista de ruptura” que tem como centro a sustentabilidade da vida entendida como uma relação dinâmica e harmônica entre humanidade e natureza, entre humanas e humanos (Carrasco, 2006).

O desafio é como materializar este idéia em outras práticas, em outras formas de organizar relações econômicas, sociais, políticas, culturais. É preciso transformar ao mesmo tempo as idéias e as bases materiais que sustentam a ordem capitalista, patriarcal e racista.

Referencias bibliográficas:

ALTEA, Sandra: *Las mujeres organizadas en Comedores Populares y su defensa de la Soberanía Alimentaria*. Remte, Peru, 2007.

BEY, Hakim: *T.A.Z.: The Temporary Autonomous Zone, Ontological, Anarchy, Poetic Terrorism*. Autonomedia, 1985.

CARRASCO, Cristina: La Economía Feminista: una apuesta por otra economía. In VARA, Maria Jesús (coord.): *Estudios sobre genero y economía*. Ed. Akal, Madrid, 2006.

DANTAS, Isolda: Una economía solidaria con igualdad para las mujeres. In ALAI: *America Latina en movimiento* n° 430, Quito, março 2008.

FREITAS, Taís Viúdes: *Experiências de socialização do trabalho doméstico na América Latina*. Texto apresentado em oficina organizada por SOF São Paulo, mimeo, 2007.

GUERIN, Isabelle; HERST, Madeleine; FRAISSE, Laurent (ed.): *Femmes, économie et développement. De la résistance à la justice sociale*. Paris, ERES, 2009.

OIT: *Decent Work for Domestic Workers*, Report IV (1), Geneva. www.ilo.org consultada em 25 de junho de 2009.

PICCHIO, Antonella: Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social. In CARRASCO, Cristina (ed.): *Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona, Icaria, 1999.

SASSEN, Saskia: Contrageografias da globalização: a feminização da sobrevivência. In SAUSSEY, Magalie: “Sii tulu be jon nafa: musow wali cew?” Lorsque la mondialisation dépossède les femmes de l’activité au beurre de karité au Burkina Faso. In BISILLIAT,

Jeanne (dir.): *Regards de femmes sur la globalisation. Approches critiques*. Paris Ed. Karthala, 2003.

SILVEIRA, Maria Lúcia e TITO, Neuza (org.): *Trabalho doméstico e de cuidados*. São Paulo, SOF, 2008

SILVEIRA, Maria Lúcia e TITO, Neuza (org.): *Trabalho doméstico e de cuidados*. São Paulo, SOF, 2008.

VIVAS, Esther – *Supermercados, No gracias*. Barcelona, Icaria, 2007.